

Ata

Reunião de Câmara Municipal

Ata nº 25
Data 30-12-2025
Tipo Ordinária
Página 1

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 30-12-2025

Ata nº 25

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Albano Esteves Domingues	Presidente da Câmara Municipal	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Vereador	P
Liliana Alexandra Alves Gonçalves	Vereador	P

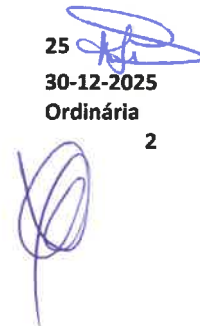
P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 22-12-2025

Operações Orçamentais	945 912,12€
Operações de Tesouraria	539 431,59€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.



O senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião, começando por cumprimentar todos os presentes.

Após ter sido obtido o consenso de todos os membros do Executivo Camarário, foi acordado que, por impedimento do senhor Presidente da Câmara Municipal, a próxima reunião de Câmara ficaria agendada para o dia 14 de janeiro de 2026, uma quarta-feira, retomando, depois, o seu dia habitual, ou seja, as quintas-feiras.

I – Antes da ordem do dia

Aberto o período antes da ordem do dia pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, e antes deste proceder à exposição das notas que trazia em mente transmitir, perguntou às senhoras e senhores Vereadores presentes se pretendiam inscrever-se para intervir nesta parte da ordem de trabalhos.

Neste seguimento, inscreveu-se a senhora Vereadora Fátima Pereira e a senhora Vereadora Liliana Gonçalves.

O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra, distribuindo por todos os senhores Vereadores as cartas de apresentação dos dois candidatos a sufrágio nas eleições da CCDR-Norte, a realizar-se no dia 12 de janeiro de 2026. Sobre este assunto esclareceu que, contrariamente àquilo que inicialmente se antevia, existe uma segunda candidatura, sendo a primeira a recandidatura do Dr. António Cunha e a segunda encabeçada pelo Engenheiro Álvaro Santos. Explicou que lhe foi pedido pelos aludidos candidatos para proceder à distribuição das já referidas cartas de candidatura, por forma a dar conhecimento, aos senhores Vereadores, destas duas candidaturas e das propostas de cada uma delas. Informou que os senhores Presidentes de Câmara exerceriam o direito ao voto nas instalações da CIM, em Ponte de Lima, para eleição de um dos Vice-Presidentes, e que os senhores Vereadores, assim como os deputados municipais, incluindo os presidentes de Junta, poderiam exercer o direito de voto no âmbito da Assembleia Municipal agendada para aquele dia 12 de janeiro 2026, contribuindo para a eleição do presidente da CCDR-Norte.

Passou, de seguida, a abordar um outro assunto, desta feita relativo à inauguração, no dia anterior, da obra de ampliação da ERPI “Cantinho dos Avós”, uma das valências da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, a qual foi desenhada em 2020 e terminou nesse ano de 2025,

permitindo aumentar o número de vagas de trinta e uma para cinquenta e uma, encontrando-se as vinte vagas agora aumentadas já protocoladas com a Segurança Social, alargando, assim, as respostas existentes no concelho ao nível da terceira idade. Informou terem estado presentes na cerimónia, entre outras personalidades, o representante da União das Misericórdias Portuguesas, Comendador Dr. Francisco Araújo, bem como o Diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Viana do Castelo, Dr. Orlando Antunes.

Seguidamente deixou uma outra nota, relativa à reunião que se realizou com os produtores locais, no dia 22 de dezembro, com vista à planificação do certame da Festa do Alvarinho e do Fumeiro, onde estiveram presentes cerca de quarenta pessoas. Informou que nessa reunião de trabalho foram focados vários assuntos, tendo em vista a organização e desenho do certame para a edição do ano de 2026. Comunicou que foram levadas em linha de conta as opiniões de todos os participantes, por forma a que exprimissem abertamente aquilo que também pretendem para a FAF, uma vez que os produtores e expositores são tão interessados neste evento como o Município. Referiu que nesta reunião se discutiu, entre outras, a questão do intercalar físico dos *stands* entre produtores de vinhos e produtores de fumeiro, tendo dado nota de que deverá ser este o caminho a seguir na próxima edição. Informou ter-se igualmente discutido a questão da colocação da música fora da tenda e o tipo de musicalidade a integrar no certame, tendo esclarecido que quer os expositores quer os visitantes haviam manifestado, ao longo do tempo, o desejo de que os concertos não decorressem dentro da tenda, pelo facto de ser extremamente difícil trabalhar com o enorme ruído e de ser desejável poder-se dialogar em sede de convívio. Comunicou que, a este nível, ficou estabelecido que a atuação dos Dj's começaria às 23:00 horas (em vez das anteriores 22:00 horas). Referenciou que igualmente se discutiu a questão da deslocalização deste evento para o Centro de Estágios, proposta que foi acolhida, com unanimidade, pelos presentes, tendo, contudo, esclarecido que se esta deslocalização não viesse a resultar o evento poderia vir a regressar ao local habitual, no Largo do Mercado Municipal. Findou esta abordagem concluindo que, perante tal unanimidade, e sendo esta a vontade de todos os produtores e expositores, não sobrevivendo obstáculos de maior, a próxima edição da Festa do Alvarinho e do Fumeiro iria ter lugar no Centro de Estágios.

Passou, seguidamente, a abordar a reunião tida como a senhora Diretora do IHRU, I.P., também no dia 22 de dezembro, nas instalações da CIM do Alto Minho, em Ponte de Lima, onde igualmente esteve presente, no acompanhar dos trabalhos, o Arquiteto Luís Calheiros, sendo que da parte do Município de Melgaço esteve presente ele próprio, enquanto Presidente da Câmara Municipal, e o Técnico Superior, e Chefe de Unidade, Eduardo Afonso. Informou que nesta reunião a senhora Diretora do IHRU, I.P., Dr.^a Ana Cruz, disse estar ciente de quais eram as preocupações do Município de Melgaço, fundamentalmente relacionadas com a falta de resposta, desde há cerca de um ano a esta parte, às solicitações no âmbito das candidaturas apresentadas, bem como relacionadamente com a temática do financiamento para a requalificação das habitações e com a obra do edifício multifamiliar, que, devido à conhecida situação de resolução do contrato de

empreitada, se encontra atualmente a aguardar um novo concurso. Sobre esta questão do novo procedimento contratual informou que foi pedida, por parte de um dos eventuais proponentes, uma prorrogação do prazo, a qual, alinhadamente com os serviços, foi deferida por cerca de uma semana. Voltando ao tema da reunião com a senhora Diretora do IHRU, I.P., o senhor Presidente da Câmara referiu que foi ali transmitido que não vai haver verbas disponíveis para revisões de preços, nem para trabalhos suplementares, facto que o preocupou, pois é expectável que a execução da obra do edifício multifamiliar por um novo empreiteiro venha a implicar a necessidade de mais dinheiro. Transmitiu que lhes foi igualmente dito que havia uma previsão inicial de financiamento para 100% dos primeiros 26.000 fogos candidados, sendo certo que acabaram por se apresentar em candidatura 59.000 fogos, ficando 33.000 deles sem financiamento assegurado, tendo-se adiantado a possibilidade de, para pagar a parte não financiada, se recorrer à contratualização, junto do Banco Europeu de Investimento, de um empréstimo, em que o contratante poderia ser o Município ou antes o Estado português, última hipótese esta que, a seu ver, seria excelente, pois que permitiria libertar os municípios da assunção dos custos inerentes ao financiamento destes projetos.

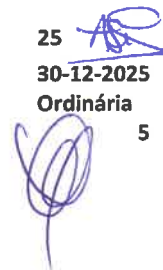
Referiu ainda que foi também pedida a atualização do inquérito à maturidade, em ordem a poder ocorrer o desenvolvimento do processo e uma resposta regular ao mesmo.

Deu nota, finalmente, que a grande aposta da parte dos novos financiamentos que a nível da União Europeia venham a aparecer, designadamente em termos do 1º Direito, é um reforço do parque habitacional público, sendo que a média europeia anda nos 12% e Portugal tem neste momento tão somente 2% concretizados.

Finda a sua intervenção, neste período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Fátima Pereira, que, no uso dela, aflorou as diversas atividades de Natal que decorreram no concelho e que a seu ver correram muito bem. A este propósito referiu que foram todas muito bonitas e realçou, também, as que decorreram nas diferentes freguesias, mais concretamente na União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, na Gave, em Penso a Alumiada a S. Tomé, o Concerto Solidário para os jovens e crianças do CAT, o Concerto Solidário de Natal, nas Quintas de Melgaço, organizado pela Junta de Freguesia de Alvaredo, a iluminação de Natal nas ruas, a Fonte Mágica, nas Termas (a qual classificou como uma atividade fantástica, parabenizando, consequentemente, a Joana Lima e todos os que estiveram envolvidos na organização desta atividade), o Encontro de Coros no Convento das Carvalhiças, o Encontro de Coros em Parada do Monte, a descida do Pai Natal de *Rafting*, o Mercadinho de Natal, o Concerto de Natal na Casa da Cultura, a animação de rua, a exposição com os pintores, etc.

Após a apresentação destas atividades, dirigiu os parabéns a todos os envolvidos nas respetivas organizações e sugeriu que se mantenham as que já se têm vindo a desenvolver, e, se possível, que se criem atividades novas.

Tomou, de seguida, a palavra a senhora Vereadora Liliana Gonçalves que referiu que a sua



intervenção vai de encontro ao referenciado pela senhora Vereadora Fátima Pereira, enaltecendo todas as iniciativas e deixando uma nota de agradecimento e de reconhecimento aos intervenientes na atividade “Magia Local – Cores & Melodias”, pela noite fantástica que os artistas locais proporcionaram, com a demonstração daquilo que é de Melgaço e do que de melhor aqui se faz. Deu nota de que a exposição dos artistas locais, neste caso de pintura, estará disponível, ainda, até ao dia 14 de janeiro de 2026.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as notas dadas pelas senhoras Vereadoras Fátima Pereira e Liliana Gonçalves acerca das atividades da programação de Natal, as quais disse terem corrido muito bem, inclusivamente a descida do Pai Natal de *rafting*, que apesar das más condições climatéricas conseguiu agregar no local mais de uma centena de crianças e adultos. Realçou o trabalho a esse nível desenvolvido, com o apoio, mormente financeiro, da Câmara, pela Associação Melgaço Radical, a entrega de algumas prendinhas aos mais pequenos, bem como a oferta de um lanche.

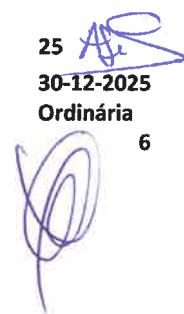
Referiu que com esta programação de Natal o Município procurou manter atividades de anos anteriores, que funcionaram muito bem, e incrementar outras, envolvendo outras entidades e associações, tal como sucedeu, por exemplo, com a Arruada da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Melgaço e a Parada de Natal, que inovadoramente percorreu o espaço da feira semanal, criando-lhe mais dinâmica e visibilidade.

Ressaltou, igualmente, a iniciativa da Fonte Mágica, que classificou como uma novidade completamente diferenciadora, através da qual se procurou criar mais luminosidade e dinamismo no Parque Termal. Disse que pelo sucesso que teve desde o primeiro até ao último dia esta será uma atividade para manter. Por todo este sucesso, deixou uma palavra de agradecimento a todos os envolvidos.

Mencionou o êxito das sessões de teatro que decorreram na Casa da Cultura e que também envolveram, para além das crianças e do público, os utentes da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, da APPACDM e alguns colaboradores do Município.

Referenciou que também funcionou muito bem a iniciativa das Montras de Natal, que contou com a adesão de mais de 100 estabelecimentos, entre comerciantes e associações. A este nível, chamou à atenção para a necessidade de se pedir aos comerciantes que, num próximo período natalício, façam um esforço no sentido de acompanharem estas iniciativas da programação de Natal por parte do Município, mantendo os seus estabelecimentos comerciais abertos durante os fins-de-semana, para permitir que os visitantes possam fazer algumas compras e possam usufruir da cafetaria e restauração.

Na sequência destas intervenções pediu a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima, que começou por apresentar os seus cumprimentos a todos os presentes. Prosseguiu, felicitando a Santa Casa da Misericórdia de Melgaço pela beneficiação do Cantinho dos Avós, dizendo que a finalização desta obra e a sua colocação ao serviço da Comunidade é muito importante para o território de Melgaço.



Passou, de seguida, a abordar o tema da deslocalização da Feira do Alvarinho para o Centro de Estágios, tendo perguntado, a este propósito, se já estava equacionada uma zona específica para a sua realização e se esta ideia se prendia com uma tentativa de minimizar custos. Manifestou algum receio na perda de dinamização económica do centro da vila, facto para o qual apelou a uma ponderação cuidada. Disse ter ficado surpreendido por haver unanimidade e por haver um conjunto tão alargado de produtores a comungar da ideia da deslocalização do evento para o Centro de Estágios. Manifestou que deveria de ter um formato mais tradicional e mais popular este certame.

Relativamente às atividades de Natal disse ter assistido a algumas delas e referiu saber que não é fácil gerar muita dinâmica à volta de todas elas.

Concordou quanto à questão de os estabelecimentos comerciais deverem estar abertos aos fins-de-semana, sugerindo uma nova sensibilização junto dos comerciantes, por forma a perceberem que as atividades de rua são mais direcionadas para a promoção das suas atividades comerciais.

Em resposta ao senhor Vereador José Adriano Lima, o senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as suas notas e a participação dos senhores Vereadores do PS nas várias atividades de Natal.

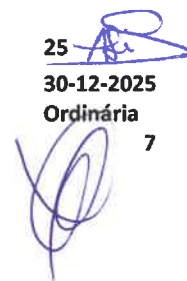
Relativamente à questão dos comerciantes disse que o esforço do apoio financeiro do Município deve ser acompanhado pelos privados e que devem ser aproveitadas, pelos comerciantes, as sinergias geradas tendo como propósito o incremento do comércio local, motivo pelo qual o Município irá continuar a desenvolver ações de sensibilização para esse efeito.

Sobre a questão da Festa do Alvarinho e do Fumeiro (FAF), disse ter noção de que sempre existirá uma grande resistência à mudança, a qual, muitas vezes, acaba por funcionar muito bem. No caso em concreto, reafirmou que se houver sucesso na mudança do local da realização desse evento prosseguir-se-á por esse caminho, e que em caso contrário far-se-á uma nova avaliação, podendo regressar-se à localização original.

Referiu que foram dadas sugestões no sentido de se realizar o evento na altura do Verão, com as quais não concordou, designadamente pelas altas temperaturas registadas nessa época do ano, sendo da opinião de que o Município tem que ser diferenciador, apresentando a FAF como um evento de celebração da nova colheita e de apresentação ao mercado daquilo que são os seus produtos locais.

Manifestou a sua concordância com o senhor Vereador José Adriano Lima quando este defendeu o regresso deste certame a um formato mais tradicional e mais popular.

Referenciou que não foi a minimização de custos que motivou esta deslocalização e que o valor que está orçamentado para este fim segue os montantes dos anos anteriores.



Quanto à questão da perda de dinâmica económica na Vila, levantada pelo senhor Vereador José Adriano Lima, disse entender que isso não vai acontecer, sobretudo no que diz respeito aos cafés e à restauração, uma vez que haverá um aumento de disponibilidade do estacionamento, permitindo que mais pessoas visitem a Vila, e que poderão vir a ser implementadas, no âmbito deste certame, iniciativas que poderão ocorrer no centro da Vila. Neste sentido disse poder ser feita uma articulação entre o novo local da realização da FAF (o Centro de Estágios) e o centro da Vila, com a colocação, ao dispor dos visitantes, de uma linha de transportes, por forma a fazer a circulação entre ambos os locais.

Relativamente à questão do concreto local, no Centro de Estágios, para a realização da FAF informou que ainda não está tomada a decisão final, encontrando-se os serviços técnicos a estudar as plantas dos espaços disponíveis, fazendo-se depois a avaliação do melhor a escolher, que não passará nem pelo relvado sintético (que tem que ser preservado) nem pelo interior do pavilhão gimnodesportivo.

Passando a palavra ao senhor Vereador José Adriano Lima, por a ter pedido, veio este referir que a data do evento não deve ir para mais tarde, sem descurar a necessidade de se fazer algum ajuste de dias. Disse que, pela experiência que tem, os eventos vînicos não funcionam muito bem no verão. Referenciou que percebe as vantagens e as desvantagens da deslocalização do evento, mas que é necessário pensar-se bem sobre os custos a isso associados, sobretudo os custos com os transferes. Disse que é essencial perceber-se qual o conceito que se quer dar ao evento, o qual, na sua opinião, não deve ser de um festival e é preciso ter em atenção a particularidade do nosso evento que junta no mesmo, o vinho e o fumeiro. Concluiu esta questão, dizendo que é preciso pensar-se numa atualização, dando como exemplo o facto de, antigamente, as pessoas se deslocarem a este evento para comprarem caixas de vinho e outros produtos locais em quantidade, facto que não sucede nos dias que correm, devido à facilidade de se encontrar estes produtos nas superfícies comerciais. Mencionou que este facto entronca numa outra questão, que se prende com a fixação, em tempos, de preços na feira ligeiramente abaixo do preço de mercado, o que era convidativo para quem vinha. Disse que esta tendência de fixação de um preço mais barato não era consensual entre todos os produtores, havendo alguns que queriam subir o valor, mas que se deveria pensar muito bem nesta hipótese. Finalmente, fez votos de que a FAF 2026 decorra da melhor maneira.

Sobre este assunto da FAF, pediu ainda a palavra a senhora Vereadora Fátima Pereira, que, tendo-lhe sido concedida, disse concordar com o facto deste evento dever voltar ao formato tradicional, apontando, contudo, que é necessário conseguir-se encontrar um ponto de equilíbrio para se agradar quer às pessoas que vão para comer e confraternizar, quer aos jovens, que querem festa e DJ's.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que referiu ser importante ouvir as diferentes perspetivas dos senhores Vereadores da oposição. Concordou com os pontos por estes apontados, mais concretamente com a necessidade de se promoverem atividades para os dois tipos de visitantes - os mais confraternizantes e os mais jovens - e com a maior projeção do fumeiro local. Sobre este último ponto, manifestou, ainda, que gostaria, que houvesse mais jovens, individualmente considerados ou enquanto casal, a apostar no fumeiro de Melgaço, que é um produto de excelência e certificado. Referiu estar convicto de que esta é uma atividade que dá rendimento e que permite sustentar famílias, facto pelo qual disse que o caminho a seguir é o de uma aposta contínua e crescente naquilo que são os produtos endógenos.

Relativamente à questão dos transportes da Vila para o Centro de Estágios, e vice-versa, informou que esta é uma proposta que está em cima da mesa, estando a ser avaliada, reconhecendo que vai aportar mais custos.

Quanto a questão dos preços dos produtos a vender no certame, levantada pelo senhor Vereador José Adriano Lima, referenciou que a mesma entronca com vários fatores: com a possibilidade da aquisição destes produtos em superfícies comerciais situadas próximo daquelas que são as habitações das pessoas, com a perda de alguma disponibilidade financeira por parte das famílias, e também com a mudança do local de compra, uma vez que muitas pessoas preferem ir comprar diretamente às adegas dos produtores, em vez de nos *stands*, para não terem de andar com os sacos ou as caixas na mão durante o evento.

Referiu que outra questão sensível é a questão dos preços, sobre a qual transmitiu que há quem defenda que Melgaço tem um produto de excelência e que o preço pelo qual é vendido também é um fator de valorização do próprio produto. Mais referiu que, se calhar, o caminho a seguir será o de se fixar um preço mínimo, e a partir daí cada produtor ser livre de fixar o preço que entenda como o mais conveniente.

Sobre a data da edição da FAF 2026 informou que foram escolhidos os dias 1, 2 e 3 de maio, não coincidindo, este ano, com a Festa da Lampreia em Arbo, o que irá valorizar ainda mais o evento, permitindo que ambos sejam visitados.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

372. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n. º24 de 16-12-2025.

O Executivo deliberou, por unanimidade dos membros com direito de voto, não tendo participado na votação a Vereadora Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves, por não estar presente, a aprovação da Ata n. º24 de 16-12-2025.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

373. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Presidência

374. Presente para efeitos de ratificação a aprovação da designação de relator do Conselho Fiscal da "Associação Comédias do Minho", que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do PS, no uso da competência prevista no n. º3, do artigo 35.º, da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, ratificar a designação do Vereador Manuel José Cardoso Rodrigues como representante do Município de Melgaço, na qualidade de Relator de Conselho Fiscal da "Associação Comédias do Minho".

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

375. Presente email da Abbey - Associação Buckfast Portugal, a solicitar apoio financeiro, para a realização das atividades previstas no Plano de Atividades de 2026. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º13697 de 11-12-2025 e no uso da competência prevista na alínea u), do n. º1, do artigo 33.º, da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, conceder apoio financeiro no valor de 1 000,00€, para a realização das atividades previstas no Plano de Atividades de 2026, à Associação Abbey – Associação Buckfast Portugal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

376. Presente para efeitos de aprovação a proposta de encerramento de procedimento concursal de recrutamento de pessoal, que ficará anexa a esta ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço referiu que está em causa o encerramento de um procedimento concursal para recrutamento a termo certo. Acerca desta questão informou que foi pedido aos Chefes de Divisão e aos serviços que, tendo em conta os constrangimentos financeiros do Município, fizessem um esforço no sentido de se dar respostas com os recursos humanos existentes, evitando, na medida do possível, a contratação de mais pessoal. Mencionou que esta foi uma intenção a que o Executivo Camarário se quis vincular neste próximo exercício orçamental, e que em função disso o que lhe foi comunicado é que haveria a possibilidade de prescindir de uma das intenções de recrutamento, vindo, nesta sequência, à aprovação o encerramento deste procedimento concursal que vem melhor descrito na informação em análise.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do PS, aprovar, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 13650 de 10-12-2025, a proposta de encerramento de procedimento concursal de recrutamento de pessoal, identificado com a referência D e publicado no Aviso n.º 34/70, de 02 de fevereiro.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

377. Presente para efeitos de aprovação as normas de participação no Cortejo de Entrudo 2026, que ficará anexa a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 14055 de 18-12-2025 e no uso da competência prevista nas alíneas u) e ff) do n.º 1, artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar as normas de Participação no Cortejo de Entrudo 2026.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Gestão Municipal

378. Presente para efeitos de aprovação o Acordo de Resolução do Protocolo de Colaboração entre o Instituto de Politécnico de Viana do Castelo e a Câmara Municipal de Melgaço no âmbito do Núcleo Tecnológico para a Sustentabilidade Agroalimentar (NUTRIR), que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Relativamente a este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o mesmo contende com o projeto NUTRIR e com o Protocolo que já foi celebrado em 17/03/2021 e que foi objeto de renovação em março de 2024.

Expôs que esta proposta de resolução ocorre no seguimento de uma reunião ocorrida entre o Executivo Municipal e o IPVC, onde também estiveram presentes o professor Carlos Rodrigues e o professor Nuno Brito. Referiu que esta resolução tem a ver com o facto de o

Ata

Reunião de Câmara Municipal

Ata nº	25
Data	30-12-2025
Tipo	Ordinária
Página	11

novo projeto que se encontra a ser desenhado, o CVTT-3AR, vir, no fundo, a consumir aquilo que era a temática do projeto NUTRIR.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 14155 de 19-12-2025 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Acordo de Resolução do Protocolo de Colaboração entre o Instituto de Politécnico de Viana do Castelo e a Câmara Municipal de Melgaço, no âmbito do Núcleo Tecnológico para a Sustentabilidade Agroalimentar (NUTRIR).

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

379. Presente para efeitos de aprovação a concessão de benefícios fiscais - isenção de IMI, nos termos do Regulamento dos Benefícios Fiscais do Município de Melgaço para os prédios U-6893, U-6871, R-2169, R-18299 pelo período de 5 anos, produzindo os seus efeitos no ano de 2025, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 14263 de 23-12-2025 e no uso da competência prevista no n.º 9 do artigo 16.º da REFALEI, conjugado com o n.º 4 do artigo 4.º do Regulamento de Benefícios Fiscais do Município de Melgaço, conceder a isenção de IMI, para os prédios urbanos 6893, 6871, e rústicos 2169, 18299 pelo período de 5 anos, produzindo os seus efeitos no ano de 2025.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

380. Presente para efeitos de aprovação a Revisão Tarifária para o ano de 2026 dos serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Quanto a este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal pediu aos senhores Vereadores que considerassem uma retificação num cálculo percentual que se encontra na informação interna em causa, mais concretamente, na página 3, no terceiro parágrafo, devendo ler-se “um aumento de 4,7%”, onde se encontra escrito “um aumento de 4,4%”.

Mais referiu, sobre esta temática, que a Lei das Finanças Locais determina que os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens. Disse que aquilo que se propõe, aqui, é a atualização em função do IHPC, também vulgarmente conhecido como taxa de inflação, existindo, neste particular, uma estimativa para 2026 que é de 1,9%. Indicou que ainda não

se sabe se será exatamente esta, porque a taxa de inflação só será publicada no próximo ano, referentemente ao corrente ano económico de 2025.

Referenciou que as taxas de gestão de resíduos e de recursos hídricos que o município cobra a cada consumidor são no exato valor do que é pago ao Estado.

Informou que existe uma subida astronómica, de quase 30%, no valor a pagar pelo município à Valorminho, facto pelo qual considera importante sensibilizar as pessoas para que façam reciclagem e também usem os contentores domésticos para a gestão dos resíduos orgânicos, o que permitirá reduzir o lixo colocado em aterro e, em função disso, as tarifas pagas àquela entidade.

O senhor Presidente da Câmara informou ainda que o que se pretendia era que as tarifas fixadas cobrissem cerca de 90% dos custos com os serviços, pelo que desse modo o Município ainda subsidiaria tais serviços em cerca de 10%, e que o atingimento daquela percentagem era essencial em ordem a que se pudesse vir a obter a aprovação de candidaturas a fundos comunitários nos setores em questão.

O senhor Presidente da Câmara alertou, finalmente, para o facto de a tarifa de resíduos sólidos urbanos agora proposta ter levado em linha de conta o preço por tonelada que havia sido adiantado pela Valorminho em inícios de novembro de 2025, que era de 81,90 €, sendo certo que já depois da elaboração da informação interna que subjaz a este assunto, concretamente em 26 de dezembro, veio a informar que o preço por tonelada seria, afinal, ainda maior, no valor de 91,54 €, levando a que a tarifa agora proposta permita cobrir apenas 88% do custo, razão pela qual certamente este assunto terá de regressar a reunião da Câmara numa posterior ocasião, para se fazer a atualização da tarifa levando em linha de conta o novo valor, de cerca de 92,00 €, entretanto comunicado.

O senhor Vereador José Adriano Lima realçou o incentivo à Comunidade para proceder à reciclagem e o seguimento do caminho implementado com o canal Horeca, a nível do bio resíduos, tudo no sentido de se tentar baixar os custos associados a cada um dos serviços. Disse também concordarem com a atualização das tarifas de acordo com o IHPC, mas não concordarem com o aumento de 4,7% da tarifa de disponibilidade nos resíduos, um aumento para todos independentemente do consumo. Na sua opinião, o que se deveria fazer era tentar baixar os custos associados ao serviço e também exigir uma discriminação positiva para o território tendo em conta as suas especificidades.

O Executivo deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Vereadores do PS, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 14255 de 23-12-2025 e ao abrigo do artigo 21.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprovar a Revisão Tarifária para o ano

de 2026 dos serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.05 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Ava Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



José Albano Esteves Domingues

